

*L E I nº 3.204/2012*

Data : 05 de abril de 2012.

Súmula: Autoriza o Executivo Municipal a outorgar concessão de direito real de uso de imóvel à *ALMEIDA TOUR LTDA.*, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

*L E I*

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar concessão de direito real de uso do imóvel à *ALMEIDA TOUR LTDA.*, empresa individual, inscrita no CNPJ sob nº 02.104.589/0001-01, estabelecida na Rua Frei Rafael Proner nº 763, nesta cidade, pelo prazo de 10 (dez) anos, a contar da data de vigência desta Lei, um terreno urbano regular sem benfeitorias doravante denominado lote 01A, com as seguintes medidas e confrontações: confrontando na frente com a rodovia BR-369, (sentido Bandeirantes para Santa Mariana, margem direita da Rodovia), distância de 35,00 m (trinta e cinco metros), do seu lado direito confrontando com sucessores de Manoel Moreira, distância de 26,00 m (vinte e seis metros), do seu lado esquerdo confrontando com o lote 01B, distância de 26,00 m (vinte e seis metros), e aos fundos confrontando com área remanescente da matrícula nº 2.329, propriedade da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, distância de 35,00 m (trinta e cinco metros), perfazendo uma área de 910,00 m<sup>2</sup> (novecentos e dez metros quadrados), nesta cidade, destacado de uma área maior, a que se refere a Matrícula nº 2.329 do Cartório de Registro de Imóveis de Bandeirantes(PR), avaliado em R\$-4.004,00 (quatro mil e quatro reais).

Art. 2º - O imóvel objeto desta concessão de direito real de uso, autorizada por esta lei, destina-se a edificação de um barracão para *IMPLANTAÇÃO DE UMA FUNILARIA E OFICINA MECÂNICA*.

Art. 3º - A cessionária deverá iniciar a construção no prazo de 06 (seis) meses, a contar da data da vigência da presente Lei, e concluí-la no prazo máximo de 18 (dezoito) meses, sob pena de considerar-

se rescindida de pleno direito a concessão de direito real de uso e reverter o imóvel ao concedente, com as edificações eventualmente acrescidas, sem que nenhum direito haja para a concessionária a título de retenção por benfeitorias, indenização ou qualquer outro.

Art. 4º - A mudança da destinação do imóvel, antes de expirado o prazo estabelecido no art. 5º, desta lei, dependerá de prévia autorização, por lei municipal, sob pena do imóvel ser revertido ao município, com todas as benfeitorias ali construídas.

Art. 5º - O imóvel concedido não poderá ser hipotecado, penhorado, arrestado, sequestrado, arrecadado, ou por qualquer forma onerado, nem alienado, o que constará como ônus no registro imobiliário, antes do prazo de 10 anos, de acordo com a Lei de Incentivo Empresarial nº 2.113/98, de 27/11/98.

Parágrafo Único - A cessionária se obriga a manter, após a conclusão da edificação, a geração de no mínimo 05 (cinco) empregos diretos, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 05 de abril de 2012.

Celso Benedito da Silva  
Prefeito Municipal